

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.413.211 - RS (2013/0345274-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **SÉRGIO BASTOS SILVA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **JALVA VICHARA SILVA - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO** : **MARIA ALZIRA CARPES ACHILLES - RS046105**  
**RECORRIDO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO DA SILVA ABS DA CRUZ E OUTRO(S) - RS039179**  
: **CONRADO DE FIGUEIREDO NEVES BORBA - RS058024B**  
: **FABRICIO DA SILVA PIRES - RS051792**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ESPÓLIO DE SÉRGIO BASTOS SILVA contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª).

Cuidam os autos, na origem, de ação revisional proposta pelo ESPÓLIO DE SÉRGIO BASTOS contra BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A. com posterior ingresso da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O il. Magistrado julgou improcedente o pedido (sentença às fls. 633/636).

Diante disso, ESPÓLIO DE SÉRGIO BASTOS SILVA interpôs apelação, a qual foi em parte provida pelo eg. TRF 4ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado:

*"ADMINISTRATIVO. CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO CONCESSÃO DE CRÉDITO. PEDIDO REVISIONAL. CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. COMPETÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO CITRA PETITA. CAPITALIZAÇÃO TAXAS DE JUROS. SEGURO. SUCUMBÊNCIA.*

1. *Quanto à capitalização dos juros, adota-se entendimento combinado da Súmula 121 do STJ e do Decreto 22.626/33, que em seu art. 4º, permite a capitalização anula de juros, regra esta que não foi revogada pela Lei n.º 4.595/64.*

2. *Outras leis posteriores estabeleceram situações em que se permite a capitalização em intervalo temporal menor (por exemplo, créditos rurais, comerciais e industriais). Contudo, interpretadas restritivamente. Não se enquadrando, o caso, numa dessas referidas hipóteses legais, aplica-se a norma geral.*

3. *Mantida sentença quanto às taxas de juros.*

4. *O senhor perito, na fl. 412, constatou ocorrência de capitalização mensal de juros. Não sendo o contrato em exame,*

*espécie em que admitida pela lei a capitalização de juros em período inferior ao anual, é caso de ser revisto o cálculo da dívida no ponto.*

5. *Ajustada a sentença, tão somente, para afastar a capitalização de juros em período inferior ao anual." (fl. 706)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão de fls. 719/734).

Inconformado, ESPÓLIO DE SÉRGIO BASTOS SILVA manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 20, 21, 113, § 1º, 128, 2319, §5º, 264, 333, inciso I, 459, parágrafo único, 460, e 535, todos do CPC/73; dos arts. 51, inciso IV, e 54, §4º, do CDC; e dos arts. 193, 202, parágrafo único, 206, §3º, inciso II, e 2.028 do CC/02.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 783).

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso especial (fls. 800/808).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação do art. 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

*"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.*

*(...)*

*2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à minguada de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.*

*(...)*

*6. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**,

QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIACÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.*

*1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Outrossim, no apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o recorrente a violação do art. 113, § 1º, do CPC/73, ao argumento de que a ação foi proposta na Justiça Estadual e, se não houve alegação em momento oportuno, não seria possível declinar a competência para a Justiça Federal. O eg. TRF 4ª Região, por sua vez, destacou que *"As questões referentes à cessão de crédito, legitimidade passiva da CEF e consequente competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito **restaram superadas na decisão da fl. 327 dos autos**"* (fl. 700, g.n.). Ressaltou ainda que houve preclusão temporal, pois o recorrente não impugnou no momento oportuno (fl. 701). Tais fundamentos são autônomos e não foram impugnados pelo recorrente, de modo que o recurso especial, nesse ponto, esbarra na Súmula n.º 283/STF.

Quanto aos arts. 128, 264 e 460 do CPC/73, o recorrente afirma que o julgamento feito na origem seria *citra petita*, pois deixara de apreciar três contratos apresentados na exordial, limitando-se a analisar apenas um deles. O eg. TRF 4ª Região, contudo, ressaltou que o recorrente contratou um único crédito perante a CEF, razão pela qual limitou-se a apreciar esse contrato. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão (fl. 700):

*"No que diz com a alegação de a sentença se tratar de citra petita, PORQUE julgou o feito em relação a um contrato, somente, quando o pedido abrangia três, não procedem as argumentações da parte requerente. Na petição da fl. 256 a a CEF informa que o único crédito comercial adquirido em nome de SÈRGIO BASTOS SILVA é o contrato n° 114950000220000 Operação FCP -*

19960272294. A propósito, transcreve-se o despacho/decisão da fl. 291, verbis:  
(...)"

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à inexistência de julgamento *citra petita*, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Ademais, o recorrente também invoca a ofensa do art. 333 do CPC/73, pois não se manifestou sobre a prova pericial. O eg. Tribunal regional, contudo, ressaltou ser desnecessária a manifestação do recorrente, pois a análise do laudo pericial encontra-se na seara do livre convencimento do juiz. Essa conclusão pode ser retirada dos seguintes trechos do v. acórdão objurgado (fl. 699)::

*"No que diz com o agravo retido, interposto contra decisão que indeferiu pedido de prazo sucessivo para manifestação quanto à perícia realizada, não assiste razão à parte autora. Ante o princípio do livre convencimento do juiz, todas as circunstâncias que compõem a realidade dos autos, o conjunto da prova, formam o seu juízo. Ao julgador cabe apreciar livremente a prova, da qual faz parte a perícia, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos. Nesse sentido:  
(...)"*

Destaca-se, além disso, que **as conclusões da perícia foram favoráveis ao recorrente**, pois permitiu o afastamento da capitalização de juros.

Com efeito, é entendimento pacífico desta eg. Corte Superior de que o juiz é destinatário final das provas e, portanto, incumbe-lhe analisar as provas existentes nos autos, de modo que, para modificar as conclusões apresentadas, seria necessário revolver o acervo probatório, providência incompatível com o apelo especial, conforme Súmula 7/STJ. Corroboram essa conclusão os seguintes precedentes:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS/EMBARGANTES.*

*1. Admissível o agravo, apesar de não infirmar a totalidade da decisão embargada, pois a jurisprudência do STJ é assente no sentido de que a impugnação de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz à preclusão das matérias não impugnadas.*

**2. Consoante o princípio do livre convencimento motivado do juiz, este é o destinatário final das provas, de modo que cabe a ele decidir quanto à necessidade ou não dessas, não configurando cerceamento de defesa a decisão pelo julgamento antecipado do feito ou o indeferimento do pedido de produção probatória, especialmente quanto o magistrado entender que os elementos contidos nos autos são suficientes para formar seu convencimento. Precedentes. Incidência das Súmulas 7/STJ e 83/STJ.**

**3. A reforma do acórdão estadual, no sentido pretendido pela parte recorrente, exigiria ilidir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre as cláusulas da avença firmada entre as partes e sobre a existência de determinação, por parte do BNDES, para que a casa bancária não realizasse o repasse das verbas. Incidência das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.**

**4. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

**5. Agravo interno desprovido.**

(AgInt no AREsp 374.153/RJ, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018, grifou-se)

**"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.**

**1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições deve ser afastada a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil.**

**2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento 3. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de cláusulas contratuais e de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.**

**4. Agravo interno a que se nega provimento".**

(AgInt no AREsp 1201100/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 22/05/2018, grifou-se)

Quanto ao art. 459, parágrafo único, do CPC/73, o recurso não merece conhecimento. Isso porque, além de o argumento ser genérico - de que a sentença é ilíquida -, o que atrai a Súmula 284/STF, a tese carece de prequestionamento, pois não fora invocada na apelação (fls. 640/679) nem nos embargos de declaração (fls. 710/718). Incidem à espécie, portanto, as Súmulas 282 e 356 do STF.

Outrossim, o recorrente invoca a ofensa dos arts. 51, inciso IV, e 54, §4º, do CDC, uma vez que o v. acórdão regional não teria apreciado as diversas cláusulas abusivas existentes no contrato. Ocorre que o eg. TRF 4ª Região, mediante análise soberana do acervo fático e probatório, analisou a controvérsia à luz da relação consumerista e, assim, afastou os termos contratuais consideradas abusivas, a exemplo da capitalização de juros. Para melhor demonstrar essa conclusão do eg. Tribunal, segue transcrição correlata do v. acórdão (fl. 698):

*"A aplicação do CDC aos contratos bancários restou pacificada pelo Plenário do STF, na ADI 2.591. Contudo, os benéficos dispositivos do Código Consumerista em matéria contratual encontram limites na vontade das partes e na intenção do legislador, direcionadas a ajustar abusividade de cláusulas.<sup>10</sup> caráter protetivo do CDC não pode servir de base para o não cumprimento de obrigações válidas. Assim, sua aplicabilidade não ocorre de forma absoluta, requer demonstração efetiva do excesso do encargo contratual reclamado."*

Assim, a pretensão recursal - referente à abusividade de determinadas previsões contratuais - esbarra na Súmula 5/STJ, pois demanda reanálise das cláusulas do contrato, providência incompatível com o recurso especial.

Ainda, o recorrente sustenta que, à luz dos arts. 193, 202, 206, §3º, inciso II, e 2.028 do CC/02, a pretensão executória estaria prescrita. Afirma que o manejo da ação declaratória não impedia o andamento da execução e, assim, inexistira interrupção do prazo prescricional. Ocorre que o eg. TRF 4ª considerou como marco interruptivo o reconhecimento da dívida ocorrida em 19 de agosto de 1996. Para melhor esclarecer, transcreve-se o seguinte trecho do v. acórdão (fl. 698):

*"A parte autora pretende seja reconhecida a "prescrição da dívida" por inexistir em tempo apto qualquer ato de cobrança por*

*parte do' credores.*

*No caso em tela, a parte credora protocolou ação ca telar de busca e apreensão, nº 3709, 1a Vara Judicial de Itaquí/RS, dos bens da os em garantia da dívida em 12/08/1996. O andamento da referida ação, conforme se vê no site da e. Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, dá conta de já em 23/07/1997 ter sido determinado se aguardasse o processamento da presente ação. Em 18/05/1998 foram os autos da cautelar nº 3709 conclusos, recebendo andamento a partir de então. Em 19 de agosto de 1996 o autor reconheci dívida com a instituição financeira, requerendo negociação do débito. Desse modo, conforme disposto o inciso V do art. 172 do CC/1016, correspondente ao inciso VI do art. 202 do CC/2002, restou interrompida a prescrição ante ato inequívoco de reconhecimento do direito pelo devedor."*

Dessa forma, novamente o apelo nobre esbarra na Súmula 7/STJ, pois, para acolher a pretensão recursal, seria necessário se imiscuir nos elementos fáticos, o que não é possível nesta fase processual.

Por fim, também não possível analisar a ofensa dos arts. 20 e 21 do CPC/73, pois, para averiguar o *quantum* a ser fixado de honorários conforme o princípio da causalidade, também encontra óbice na Súmula 7/STJ. Corrobora essa conclusão o julgado a seguir:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. RESILIÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MERCADORIAS. 1. LUCROS CESSANTES E DANO MORAL. ALTERAR O ENTENDIMENTO DEMANDARIA A ANÁLISE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E CONCLUSÕES FÁTICAS DO TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO E PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REVER O QUADRO FÁTICO TRAÇADO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

(...)

**3. A jurisprudência desta Corte entende que a verificação do quantitativo em que as partes decaíram do pedido inicial e a aplicação do princípio da causalidade demandaria o reexame das provas dos autos, o que é inviável nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.**

**4. Agravo regimental improvido."**

(AgRg no AREsp 716.072/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO

# *Superior Tribunal de Justiça*

BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015, g.n.)

Por fim, diante dos óbices aplicados, resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial, pois os arestos paradigmas carecem de similitude fática e jurídica com o v. acórdão recorrido.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator